

HERTON CASTIGLIONI LOPES

O ESTRUTURALISMO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA ORIGINAL (EIO): UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E AS POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DE CELSO FURTADO E THORSTEIN VEBLEN

Recebido em 27/02/2023

Aprovado em 02/08/2023

O ESTRUTURALISMO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA ORIGINAL (EIO): UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E AS POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DE CELSO FURTADO E THORSTEIN VEBLEN

Resumo

O objetivo deste texto é discutir a aproximação teórica entre duas notórias teorias econômicas com vasta amplitude de aplicação quando o objeto de estudo são as economias periféricas: o estruturalismo latino-americano e o institucionalismo original propondo uma aproximação conceitual entre as abordagens de Thorstein Veblen e Celso Furtado, expoentes das teorias em foco neste estudo. Argumenta-se que existe uma convergência teórica considerável, a qual permite avanços no entendimento do desenvolvimento das nações de industrialização retardatária.

Palavras-Chave: estruturalismo; institucionalismo; Thorstein Veblen; Celso Furtado; desenvolvimento econômico

HERTON
CASTIGLIONI
LOPES

Doutor em Economia pela UFRGS. Professor Associado da UFFS.

Email: herton.lobes@uffs.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3539-1729>

Abstract

The aim of the text is to discuss the relationship theoretical between two well-known economic theories with a wide range application when the object of study is peripheral economies: Latin American structuralism and the original institutionalism, proposing a conceptual relationship between the approaches of Thorstein Veblen and Celso Furtado, exponents of the theories in focus of this study. It is argued that there is considerable theoretical convergence, which allows advances in understanding the development of late industrializing nations.

Keywords: structuralism; institutionalism; Thorstein Veblen; Celso Furtado; economic development

JEL:B25, B52, H89

I. Introdução

O estruturalismo latino-americano abrange diversos teóricos que contribuíram para a reflexão dos problemas de desenvolvimento das nações de industrialização tardia, preocupando-se em consolidar uma agenda propositiva de política econômica. Os estudos precusores de Raúl Prebisch (2000 [1949])¹ viriam a constituir as principais ideias núcleo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nas décadas que se seguiram à criação do organismo em 1948. No Brasil, entre os estruturalistas mais célebres, Celso Furtado se destacou pelo considerável conjunto de obras e análises sobre o desenvolvimento. Interpretou a economia brasileira e latino-americana na perspectiva histórico-estruturalista, analisando fatores econômicos e não econômicos que restringiam suas condições de desenvolvimento.

Enquanto Furtado se destaca no âmbito latino e brasileiro, Veblen é considerado precursor da Economia Institucionalista Original² (EIO). Comparativamente ao desenvolvimentista brasileiro, as obras de Veblen são menos lembradas quando a preocupação é com o desenvolvimento, mesmo que seus estudos sejam referência entre aqueles que buscam analisar a relação entre instituições e desempenho econômico. Com efeito, a não ser pelas interpretações que se seguiram aos trabalhos do institucionalismo original, observa-se uma inclinação crítica de Veblen ao modo de produção capitalista e uma defesa dos fundamentos evolucionários que, em sua opinião, deveriam permear os estudos econômicos.

O objetivo deste artigo é revisar os esforços de convergência propostos por autores institucionalistas e estruturalistas, destacando as similaridades de pensamento apontadas tanto por expoentes da primeira como da segunda vertente teórica. Ficou registrado que estruturalistas e institucionalistas

¹ Embora Prebisch esteja entre os precusores do pensamento desenvolvimentista cepalino e suas ideias de centro/periferia tenham influenciado os estudos da Cepal, uma gama de autores que seguiram a tradição estruturalista trouxeram contribuições meritórias ao entendimento das especificidades históricas de suas nações e dos problemas de desenvolvimento que as assolavam.

² Da referência norte-americana *Original Institutional Economics* (OIE).

debateram as sinergias de seus marcos conceituais e a necessidade de maior aproximação, embora tenham lamentado o encontro tardio, mas de grande relevância para teoria do desenvolvimento econômico³.

Assim, enquanto a primeira relação (estruturalismo e institucionalismo) aparece demarcada na literatura, a segunda se encontra menos evidente. São poucas as referências de Furtado ao antigo institucionalismo norte-americano. A explicação pode estar em duas direções. Primeiro, porque a EIO e o estruturalismo fizeram uma tentativa de aproximação teórica bastante tardia, apesar das muitas convergências conceituais (SUNKEL, 1989). Segundo, porque Furtado teve dificuldades em tratar o institucionalismo norte-americano como uma teoria do crescimento. Em sua obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* o autor⁴ afirma:

Os economistas que desempenharam um papel principalmente crítico, como a escola histórica alemã ou os institucionalistas americanos, foram excluídos na medida em que não apresentaram uma interpretação sistemática do processo de crescimento. (FURTADO, 2021, p. VIII, tradução nossa)

Embora a teoria de Veblen não seja reconhecida por Furtado como uma teoria do desenvolvimento, com muita coerência teórica interpretações posteriores concluíram sobre a aplicabilidade dos conceitos veblenianos na dinâmica dos países de industrialização retardatária⁵. Há registro em Cypher (2014), por exemplo, do fato de Joan Robinson (que teve contato com Furtado em Cambridge nos anos de 1957/58) mencionar que o institucionalismo norte-americano era muito promissor para responder

³ Embora a complementaridade entre as abordagens institucionalistas e estruturalistas seja apresentada de forma mais recorrente na atualidade, resgatar a discussão ocorrida nos anos 1980 e veiculada por importantes periódicos da época é fator relevante e inevitável, particularmente porque tem sido pouco lembrada na literatura contemporânea.

⁴ Contestaremos, na seção 3 deste estudo, a afirmação de Furtado. Embora Veblen não apresente uma interpretação sistemática do processo de desenvolvimento, existe uma preocupação evidente com as nações de desenvolvimento tardio.

⁵ Muitos autores citam as obras *Imperial Germany and the Industrial Revolution* e *The Opportunity of Japan* como atestado de que a teoria de Veblen seria aplicável ao caso dos países de industrialização retardatária.

diversos questionamentos de Celso Furtado (ROBINSON, 1962, 105-110, *apud* CYPHER, 2014)⁶.

A seção a seguir retoma o debate sobre a sinergia conceitual entre as correntes estruturalista e o antigo institucionalismo norte-americano, fato que se julga pertinente resgatar na atualidade. A seção 3 oferece uma continuidade deste debate, enfatizando as relações entre o pensamento estruturalista de C. Furtado e a teoria de T. Veblen. Enquanto a aproximação teórica entre o estruturalismo latino e a EIO ficou evidente nos anos 1980, a relação entre as teorias de Thorstein Veblen e Celso Furtado não aparece com a mesma densidade, embora existam avanços neste sentido. Finalmente apresentam-se as considerações finais (seção 4).

2. O Estruturalismo e a Economia Institucionalista Original: revisitando a aproximação entre as abordagens⁷

Santiago Macario fez uma tentativa preliminar de disseminação das ideias institucionalistas entre os estruturalistas latinos⁸. Mallorquín (2019) afirma que Víctor Urquidí, quem promoveu os textos de Macario (1952a; 1952b; 1952c) para publicação na revista *El Trimestre Económico*, lembra de o próprio Prebisch realizar uma leitura muito interessada dos trabalhos. Os textos do início dos anos 1950 impressionam pela profundidade e clareza com as quais são tratados os conceitos institucionalistas. Macario (1952a) retoma o institucionalismo como uma análise crítica à economia ortodoxa, propondo-se a apresentar uma teoria positiva do institucionalismo, destacando como as instituições podem ser importantes para a análise das

⁶ Além do mais, autores como John Kenneth Galbraith e Gunnar Myrdal, cuja influência da OIE é notória, trazem repercussões mais significativas nas obras de Furtado.

⁷ A seção se destina a debater a aproximação teórico-conceitual particularmente ocorrida nos anos 1980 e veiculada por alguns importantes periódicos da área econômica. O destaque fica por conta dos textos publicados pelo *Journal of Economic Issues* (JEI) da Association For Evolutionary Economics (Afee).

⁸ Macario foi aluno de C. Ayres, reconhecido pela análise do caráter instrumental (tecnológico) e cerimonial das instituições.

diferentes realidades sociais e, portanto, no entendimento do desenvolvimento latino (MACARIO, 1952b, 1952c).

Sob a influência da Economia Institucionalista Original, Macario (1952b; 1952c) trata o progresso tecnológico como resultado do *modus operandi* do capitalismo, que cria formas de comportamento capazes de colocar a cultura pecuniária acima da produtiva⁹. Com a publicação do artigo “Proteccionism and Industrialization in Latin America” nos anos 1960, Macário passaria a ser lembrado nos estudos latino-americanos. O estudo, também do agrado de Prebisch, incorpora conceitos da EIO para explicar os problemas decorrentes do excesso de protecionismo na América Latina, tal como o fato destas políticas representarem *vested interests* das indústrias estabelecidas no Brasil (MACARIO, 1964).

Já nos anos 1960, James Street (1967, p. 55) tratou dos problemas de desenvolvimento na América Latina na perspectiva institucionalista. O autor chega a concluir que a teoria institucionalista do desenvolvimento poderia ser vista como uma extensão da teoria institucionalista em geral, já que o atraso relativo das economias do Terceiro Mundo se deve à persistente predominância de instituições arcaicas e a consequente falha na utilização do conhecimento tecnológico disponível¹⁰:

Para o economista norte-americano de formação institucionalista, muitas das descrições de problemas estruturais têm um forte sabor institucional. Embora, num sentido significativo, os desajustes estruturais sejam o resultado de diferentes taxas de aceleração histórica entre setores da economia e, portanto, pareçam estar exclusivamente associados à atual

⁹ Em sua análise, embora os lucros de muitas empresas sejam obtidos pela produção de bens socialmente úteis, também podem ser resultantes de atividades predatórias que limitam a produção (ou simplesmente pela definição da propriedade privada) e permitem aos seus detentores a apropriação de rendas. As depressões poderiam ser vistas como um problema institucional que resulta da livre operação das firmas que buscam apenas os lucros e não apenas a produção dos bens socialmente demandados. Relembrando Veblen, o autor ainda critica a predominância das atividades pecuniárias em detrimento das industriais (MACARIO, 1952b).

¹⁰ Street (1967) reitera que os problemas de desenvolvimento dos países da América Latina poderiam ser resumidos em dois: gargalos originados de fora do país em questão (deterioração dos termos de troca e limitada capacidade de importações) e desajustamentos que ocorrem internamente (acelerado crescimento populacional, prematura urbanização e expansão dos setores de serviços no emprego, defasagem na produção agrícola, limitado tamanho dos mercados domésticos, sistemas de tributação ineficazes e mudanças politicamente significativas na estrutura de classes).

época de mudanças caóticas na América Latina, eles também representam modos tradicionais de comportamento organizado que não têm respondido igualmente às condições alteradas. Ou seja, refletem a inércia das instituições (STREET, 1967, p. 55, tradução nossa)

Por este motivo Street (1967, p. 56, tradução nossa) afirma “ ‘Estruturas’ são de fato ‘instituições’ em alguns usos do termo...”. Instituições e estruturas sociais ainda acabam por definir uma forma específica de progresso tecnológico, esta uma preocupação recorrente do estruturalismo latino:

A forma específica que assume a interação do comportamento institucional e tecnológico em cada país ou unidade cultural é governada por circunstâncias únicas de geografia, história cultural e recursos disponíveis. Embora a tecnologia tenha adaptabilidade universal, as instituições são específicas da cultura (STREET, 1967, p. 55, tradução nossa)

Para Street (1967), o elo fundamental entre as correntes estruturalistas e institucionalistas estaria em suas objeções ao *mainstream*, em aspectos como: 1) visão estática do processo de crescimento externo; 2) confiança nas livres forças de mercado para os ajustes internos, 3) soluções de curto prazo para os problemas de longo prazo; 4) formação de capital a partir da contração dos níveis de consumo.

Contornos mais avançados sobre a relação entre estruturalismo e institucionalismo são observados nos anos 1980. Neste período, a aproximação teórica ficou evidente pelo conjunto de trabalhos que procurou alinhar o estruturalismo ao institucionalismo norte-americano (STREET, 1987; STREET e JAMES, 1982; STREET e JAMES, 1987; SUNKEL, 1989). Por este motivo, Street e James (1982, p. 673) apontam as décadas de 1950, 1960 e 1970 como períodos de busca por uma maior convergência entre estruturalistas e institucionalistas:

Nas últimas três décadas tem havido uma convergência de duas correntes de pensamento sobre o processo de desenvolvimento econômico, particularmente nos países menos desenvolvidos, derivadas de duas fontes bastante independentes: a economia institucional norte-americana, começando com o trabalho seminal de Thorstein Veblen no início do século,

e concepções mais recentes dos estruturalistas latino-americanos inspirados em Raul Prebisch (STREET; JAMES, 1982, p. 673, tradução nossa)

Em texto paradigmático dos anos 1980, Street (1987) se propôs a tratar os problemas de desenvolvimento das economias latinas em uma perspectiva institucionalista. Para Gambus e Almeida (2018), Street (1987) incorpora as ideias de um amplo conjunto de pesquisadores da teoria do desenvolvimento, reconhecendo como o pensamento institucional poderia obter *insights* a partir do desenvolvimentismo latino-americano. Além de estudos que versam sobre a crise da dívida externa latino-americana (STREET, 1985), sobre educação, tecnologia e desenvolvimento (STREET, 1983, 1976) e sobre a relação teórica entre estruturalistas, institucionalistas e teoria da dependência (STREET e JAMES, 1982; STREET, 1987), a conexão teórica proposta pelo autor enriquece o debate sobre a relação entre instituições e desenvolvimento e a aplicabilidade dos conceitos das duas escolas de pensamento na interpretação dos fenômenos que impedem catching up das nações da América Latina. Seu texto de 1987, “The Institutional Theory of Economic Development”, publicado em edição comemorativa do vigésimo aniversário do *Journal of Economic Issues* (JEI), apresenta uma síntese da teoria institucionalista do desenvolvimento econômico¹¹.

Os esforços institucionalistas para incorporar as ideias desenvolvimentistas repercutiram sobre os cepalinos. Além das menções ao interesse de Prebisch pelos trabalhos de Macario, O. Sunkel (1989), respeitado membro da Cepal, interessou-se em revisitar, no final dos anos 1980, a fértil relação entre estruturalismo e institucionalismo. Para Sunkel (2000, p. 527 e 528), além de uma análise multidisciplinar de fenômenos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais, os problemas periféricos deveriam receber um enfoque abrangente, abarcando fatores externos e internos, bem como as instituições que regem as relações em cada nível.

¹¹ J. Street apresenta um conjunto considerável de trabalhos nos quais é possível identificar a preocupação em associar conceitos da OIE, com sua tradição vebleniana, aos problemas de desenvolvimento da América Latina.

Entre os fatores externos se agrupariam todas as instituições em que se pauta a natureza da vinculação social, política, econômica e cultural que o país em questão mantém com os países do centro. Quanto aos elementos estruturais internos, caberia mencionar os seguintes: a dotação de recursos naturais e populacionais; as instituições políticas e, particularmente, o Estado; as classes, camadas e grupos sociopolíticos; as ideologias e atitudes sustentadas pelos diferentes grupos; e as políticas concretas do Estado.

Sunkel observou que a afinidade entre estruturalistas e institucionalistas se fundamenta na visão agregativa do processo econômico, pois as correntes buscam uma abordagem histórica e evolucionária da mudança: “*a causa e efeito cumulativos de conflitos e mudanças nas forças econômicas, sociais, culturais e políticas*” e a natureza humana que as envolve (SUNKEL, 1989, p. 523, tradução nossa). Para Sunkel (1989, p. 523, tradução nossa) os indivíduos precisam ser reconhecidos como “entidades sociais e culturais, relativamente autônomos, mas institucional e estruturalmente moldados e circunscritos no que diz respeito à valores, normas, comportamento, formas de associação e organização” (tradução nossa).

Para as duas abordagens, os problemas de desenvolvimento resultam de pressões estruturais e institucionais e devem ser amenizados pela ação coletiva do ente público. Institucionalismo e estruturalismo reiteram a importância da intervenção do Estado para transformar a realidade socioeconômica. Para Street (1967, p. 56), fenômenos como atraso tecnológico, deterioração dos termos de troca, precariedade nos padrões de vida, taxas de inflação elevadas, instabilidades cambiais, endividamento, transferência de tecnologias no longo prazo (através dos investimentos externos), demandam ação efetiva do Estado (STREET, 1967, p. 56)¹².

¹² Mesmo que a natureza do processo de mudança institucional esteja evidente nas referidas abordagens, a concepção histórico-estruturalista dos desenvolvimentistas cepalinos e a abordagem evolucionária do institucionalismo original reconhecem a complexidade existente na relação entre instituições, indivíduos e mudança econômica. As instituições resultam de um processo histórico que condiciona o estágio de desenvolvimento de cada sociedade. Assim como descreve Hodgson (2005; 2007; 2010), o processo evolucionário precisa ser compreendido a partir da interação de elementos como hábitos, crenças, instintos individuais, formas de comportamento e instituições. Por sua vez, no estruturalismo latino-americano, não é possível compreender o processo de desenvolvimento sem observar as condições históricas de consolidação do capitalismo nas economias de industrialização retardatária, assim como os problemas estruturais decorrentes.

Apesar das décadas de 1950 até 1980 serem apontadas como um período frutífero de sinergia entre autores estruturalistas e institucionalistas, o institucionalismo norte-americano acabou despercebido pela grande maioria dos estruturalistas latinos. Este parece ser o caso de Celso Furtado. Porém, como descreveremos a seguir, e como reconheceu ROBINSON (1962, p. 105-110. *apud* CYPHER, 2014), o institucionalismo teria sido muito importante para auxiliar Furtado em muitas das suas análises.

3. Veblen e as instituições, Furtado e o desenvolvimento: uma aproximação conceitual para análise da relação entre instituições e desenvolvimento econômico

Apesar de Furtado não reconhecer o institucionalismo original como uma teoria do crescimento, uma análise específica de alguns trabalhos de Veblen (1908a, 1908b; 1908c) ilustra a preocupação do autor com o tema, inclusive com o caso das nações de industrialização retardatária (VEBLEN, 1915a; 1915b)¹³. Seguindo este raciocínio, nas obras de Veblen existem elementos para interpretação de como ocorre o desenvolvimento das artes industriais e a incorporação de novas tecnologias nos países de industrialização tardia, pois as instituições e o processo evolucionário condicionam a forma como progredem as artes industriais.

Veblen (1915a; 1915b) demonstra que as nações, ao adotarem as tecnologias de outras sociedades, não precisam incorporar suas instituições e hábitos, o que poderia ser uma vantagem relativa porque nos estágios de industrialização avançada ampliam-se as possibilidades para as instituições

¹³ Apesar da crítica evidente ao modo de produção capitalista na obra de Veblen, disseminada e conhecida antes da supremacia ortodoxa (CYPHER, 2009), encontram-se elementos para explicar o desempenho das nações retardatárias (STREET, 1987). Para McCormick (2002), Veblen (1908a, 1908b, 1908c), desconstrói a teoria do crescimento neoclássica, colocando a produtividade das comunidades mais como resultado do conjunto de conhecimentos do que da propriedade dos bens de capital disponíveis em cada período histórico. É o que referenda Hodgson (1996), ao afirmar que processo de produção está imerso em um conjunto de hábitos, rotinas, conhecimentos e habilidades que formam os ativos imateriais de produção e são influenciados pelo amplo conjunto de instituições sociais.

predatórias, que acabariam por prejudicar o processo de desenvolvimento e o avanço das artes industriais. Nas nações seguidoras, a tecnologia poderia se integrar ao conjunto de hábitos e costumes em um processo evolucionário que pode levar à criação de instituições mais eficazes que as existentes na nação de onde a tecnologia foi tomada emprestada (McCORMICK, 2002; FINDLAY, 1978; BRAINARD, 2014; PARADA, 2018, e CYPHER, 2009). Em sua obra seminal, Veblen (1983) reconheceu que a tecnologia e as instituições exercem mútua influência porque novas formas de produção afetam o conjunto de hábitos e costumes nas economias receptoras¹⁴.

Por incorporar a abordagem estruturalista e uma preocupação particular com o processo de industrialização das economias retardatárias, Furtado (1961, p. 253), observa que a trajetória de desenvolvimento das nações periféricas resulta da forma como ocorre a expansão capitalista em nível mundial. As estruturas subdesenvolvidas aparecem como resultado da expansão exploratória das nações avançadas e de suas instituições, que alteram o modo de vida dos países periféricos e submetem as nações de industrialização tardia à forma de produção estabelecida nas nações centrais¹⁵.

Enquanto Veblen trata do progresso das artes industriais, que ocorre quando nações menos avançadas incorporam as tecnologias dos países desenvolvidos, em Furtado a industrialização é uma decorrência do processo de

¹⁴ Cabe lembrar a discussão apresentada em Clarence Ayres e expressa no conceito de encapsulamento institucional, destacado por Bush (1987).

¹⁵ Para Furtado, com o advento da revolução industrial na Europa do século XVIII, ocorre uma ruptura com as condições de produção existentes que passou a condicionar a forma de desenvolvimento das diferentes regiões da Terra. A primeira linha de expansão europeia acontece dentro da própria Europa Ocidental, caracterizando-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela absorção dos fatores liberados, particularmente mão de obra, em um nível mais alto de produtividade. A segunda linha de desenvolvimento consistiu num deslocamento para além das fronteiras europeias na busca de condições de produção semelhantes às existentes (Austrália, Canadá e Oeste norte-americano). Porém, as populações que migravam para estes territórios levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa e, ao encontrarem recursos naturais em abundância, foram capazes de aumentar rapidamente a produtividade. Finalmente, a terceira linha de expansão ocorreu em direção a regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas. “A resultante [dessa expansão] foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 253).

substituição de importações. Em sua dinâmica, o processo de substituição de importações, além de utilizar-se da importação de máquinas e equipamentos (FURTADO, 1998), teve como característica a penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, transformando as instituições do país hospedeiro de forma a garantir a reprodução, mesmo que parcial, das estruturas existentes nos países de origem¹⁶.

Para Furtado, o desenvolvimentismo latino-americano se consolidou como uma tentativa de transformar as instituições nacionais com vistas a atingir um crescimento centrado na industrialização (FURTADO, 1961). Seguindo esta linha de análise, Furtado e os estruturalistas ainda observam o papel das firmas transnacionais enquanto vetores de disseminação tecnológica. Estas empresas passaram a controlar o avanço das técnicas produtivas de acordo com seus objetivos, aproveitando-se do fechamento de mercado promovido pela estratégia de substituição de importações (FURTADO, 1981, p. 45)¹⁷. Para registro, em uma análise vebleniana do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, Gambus e Almeida (2017)¹⁸ observam que o modelo de substituição de importações acabou permitindo que os objetivos empresariais se transformassem em interesses investidos (*vested interests*) das grandes corporações que atuaram junto ao Estado brasileiro na defesa dos seus negócios.

¹⁶ O caso mais simples seria aquele que resulta da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de mercadorias de exportação, com economias de subsistência. Casos mais complexos, como o brasileiro, seriam de economias com três setores: um de subsistência, outro de exportação e um terceiro representado por um núcleo industrializado e ligado ao mercado interno, que se desenvolve a partir da substituição de produtos antes importados. Nestes países observa-se a produção de bens similares aos importados, com a introdução de inovações tecnológicas que permitem aproximar a estrutura de custos dos países exportadores de manufaturas e não a transformação da estrutura socioeconômica pela absorção do setor de subsistência.

¹⁷ Para Furtado (1981, p. 45): “o instrumento essencial dessa penetração foi o controle da tecnologia, concebida em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, *engineering*, produção de equipamentos, montagem e operação de usinas”.

¹⁸ Gambus e Almeida (2017) periodizam a existência de interesses investidos do período de 1930 até os anos 1980, descrevendo como acontece a institucionalização de relações parentais entre Estado e as grandes corporações. Entre 1980 e 1994, mesmo com políticas neoliberais, o Estado manteve privilégios para as grandes corporações, tais como a possibilidade de demitir livremente os funcionários diante de uma crise, proteger algumas indústrias com políticas econômicas específicas (isenções para indústria automobilística) ou empréstimos a juros subsidiados pelo BNDES. Finalmente, no início dos anos 2000, o foco da política econômica seriam as pessoas comuns e o governo do PT iniciou tanto programas educacionais como de distribuição de renda (bolsa-família). Com a deterioração macroeconômica a partir de 2011, as esferas corporativas da sociedade passaram a recriminar os gastos sociais, criando um conflito social que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma.

Enquanto Veblen oferece uma definição precisa e consistente para o termo instituições, Furtado (2000) as trata de forma menos conceitual, embora reconheça seu papel como condicionante do desempenho econômico¹⁹. Na relação centro/periferia, defende que não se pode reproduzir na América Latina uma experiência desenvolvimento no quadro das instituições liberais (SAMPAIO JR., 2003) que vigoram contemporaneamente nas nações avançadas. Sobre a relação entre Estado e instituições, argumenta que o ente público é responsável pela criação de instituições políticas capazes de mediar os conflitos existentes no modo de produção estabelecido, mesmo que em alguns casos isto represente defender os privilégios de algumas classes (FURTADO, 1964). Apesar das diferentes dimensões em que se utiliza a terminologia instituições, o desenvolvimento depende, para Furtado, de como fatores econômicos se relacionam com elementos culturais das sociedades contemporâneas.

Além de tratar das tecnologias físicas, que se referem a máquinas e equipamentos, importados ou introduzidos por multinacionais, Furtado avalia como a cultura dos países centrais é incorporada aos hábitos de consumo dos menos desenvolvidos. Justamente quando se analisa o processo de desenvolvimento para além de fatores essencialmente econômicos que a relação entre os trabalhos de Celso Furtado e T. Veblen se estreita e uma ponte entre as duas abordagens pode ser estabelecida. Para Furtado (1989), o desenvolvimento e os ganhos de produtividade dependem da forma como o excedente é aplicado. Em Veblen, a geração do excedente é que dá origem à classe ociosa, que se utiliza de diversas formas de consumo como meio de demonstrar seu prestígio social. O'Hara (2002), por exemplo, aponta que a relação entre excedente econômico e crescimento a partir de uma perspectiva vebleniana é um dos projetos de pesquisa que clama por maiores desenvolvimentos. A teoria do excedente de Veblen estaria presente em diversas de suas obras [*The Theory of the Business Enterprise* (1904), *The Vested*

¹⁹ O autor admite a necessidade de uma análise histórica, onde cada período teria características específicas e determinadas pelas instituições da época e sua interdependência (FURTADO, 1964).

Interests and the Common Man (1919), *The Engineers and the Price System* (1921) e *Absentee Ownership* (1923)] e serviria como base para uma análise de sua produção e distribuição (“excedente” ou “produto líquido”) entre indústria, considerada a produtora direta do excedente, e os negócios, como apropriadores. Assim, seria possível uma interpretação dos diferentes graus de exploração da indústria pelos negócios.

Na análise de Furtado (1989), o excedente²⁰ pode ser apropriado por diversas classes e utilizado para estratificação social (via consumo) ou introdução de novas técnicas produtivas. Existiriam quatro possibilidades para destinação do excedente: a) apropriação exclusivamente em benefício do centro; b) apropriação por um segmento da classe dominante local; c) apropriação por grupos locais que o utilizam para ampliar seu poder; d) apropriação pelo Estado. São as formas de *b* e *c* que predominam no capitalismo periférico. Por essa razão o excedente acaba utilizado para fins improdutivo²¹, perpetuando as disparidades entre o nível de desenvolvimento de países ricos e pobres. Nesses últimos, alguns estratos sociais estão fadados a imitar os níveis materiais dos países avançados, fazendo com que grande parte da renda nacional (e do excedente) fique comprometida com um tipo de dispêndio que prejudica a formação e ampliação da poupança nacional (FURTADO, 1950)²². A reprodução do subdesenvolvimento passa por uma concentração de riqueza (concentração fundiária e patrimonial) que coloca algumas classes em condições de adquirir bens semelhantes aos consumidos nas economias avançadas. Por essa razão, os ganhos de produtividade acabam nas mãos de poucos e seus frutos se reverterem “em benefício de uma pequena minoria” (FURTADO, 1974, p. 79).

²⁰ O excedente pode provir da incorporação de recursos naturais ao processo produtivo, da realocação de recursos pela ampliação dos mercados (externos), da intensificação da capitalização, entre outros (FURTADO, 1967).

²¹ No processo histórico de formação das economias latinas, o fato se refletiu em aumento de importações, estrangulamento externo e poucos estímulos às atividades produtivas internas (FURTADO, 1974). Constituídas as atividades industriais dessas economias, criou-se a necessidade de um progresso técnico destinado a reprodução de bens fabricados nas economias centrais.

²² Nas palavras de Furtado (2000, p. 4): “Como não perceber que os elevados padrões de consumo de nossa chamada alta classe média têm como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e que aumentam a dependência externa do esforço de investimento?”

Furtado chama de “modernização” o fato de a dependência produtiva resultar de uma dependência cultural²³. Embora o autor tenha se mostrado reticente quanto à incorporação do institucionalismo à sua teoria do desenvolvimento, a teoria de Veblen converge com sua análise sobre a aplicação do excedente no consumo improdutivo de algumas classes, ao invés de destinado à melhoria das técnicas produtivas. Trata-se de um tipo de dispêndio característico da Classe Ociosa (VEBLEN, 1983) e que se dissemina pelas sociedades devido ao processo de emulação pecuniária. Assim, o efeito-demonstração²⁴, destacado nas obras de Furtado, acabou moldando a forma de industrialização da periferia e, como um fenômeno historicamente constituído, carece de uma análise evolucionária, como a que advogou Veblen (1989) para o campo de estudo econômico.

Para Furtado, o progresso técnico aparece como elemento que transcende a questão econômica, sendo tratado como parte da criatividade humana (FURTADO, 1978), mas dependente da forma como a cultura molda os hábitos de consumo²⁵. Para o autor, nas economias centrais, o crescimento seria dado pela incorporação do progresso tecnológico, que define a forma de acumulação do capital e provoca modificações estruturais, finalmente modificando o perfil da demanda. Por outro lado, nas economias periféricas, o desenvolvimento é essencialmente dependente dos tipos de dispêndios,

²³ Furtado (1974, p. 81) afirma: “Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”.

²⁴ Como este, muitos nexos conceituais ainda merecem aprofundamentos teóricos. Nos trabalhos de Street (1967) e Street e James (1982), por exemplo, as obras de Furtado são mencionadas mais para registro do que procurando relações teóricas ou a possível influência do institucionalismo de Veblen sobre as análises de Furtado. Cypher (2014), cuja abordagem procura exaltar a contribuição de Furtado, vinculando-a ao institucionalismo norte-americano, não discute os elos conceituais determinantes do desenvolvimento periférico. No Brasil, a disseminação relativamente recente das ideias institucionalistas tem contribuído para a construção de trabalhos que procuram avaliar o desenvolvimento a partir do institucionalismo norte-americano. Pode-se mencionar a recente contribuição de Junior e Conceição (2021) que incorporaram os conceitos institucionalistas veblenianos para avaliar a dualidade centro/periferia, analisando a noção institucionalista de emulação e consumo conspícuo, por decorrência o efeito-demonstração.

²⁵ Para Cypher (2014): “Furtado foi o ceplista mais sábio em relação ao tema da importância da tecnologia e do legado cultural disfuncional descientífico da ‘economia colonial’: uma condição prévia que se manteve em vigor no Brasil até o fim do século XIX, e nos demais países da América Latina ainda no século XX (FURTADO, 1971, p. 41; 1964, p. 133)”.

sendo observada a seguinte sequência: “modificações na composição da demanda – acumulação de capital – progresso tecnológico” (FURTADO, 1969, p. 22). Assim:

[...] o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por condições estruturais que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do desenvolvimento tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial. (FURTADO, 1969, p. 23)

Veja-se que existe um processo de emulação, fazendo com que o perfil de demanda dos países menos desenvolvidos seja equiparado aos padrões de consumo das nações centrais. Portanto, mesmo sendo um defensor da industrialização, Furtado se mostrou crítico da forma como ela ocorreu no Brasil e na América Latina. Denunciou o processo de modernização conservadora, que ampliou a demanda por produtos semelhantes aos que eram produzidos no exterior, debilitando a endogeneidade do progresso técnico. Na “Análise do Modelo Brasileiro”, Furtado (1972) afirma entender que o processo de (sub)desenvolvimento requer tratar da dinâmica que se observa entre o lado da oferta, onde ocorre o progresso técnico, e o lado da demanda, que o influencia a partir da formação cultural de uma sociedade dependente dos padrões de consumo observados no exterior.

Assim como Furtado, Veblen (1915a; 1915b) tratou das possibilidades dos países retardatários, quando estes tomam emprestado tecnologias dos países avançados sem a necessidade de copiarem suas instituições e hábitos. Contudo, o processo de substituição de importações resulta justamente da consciência de que é necessária a produção daqueles bens de consumo produzidos externamente e antes importados. Veblen percebeu a necessidade de inibição de instituições predatórias. No entanto, elas parecem fazer parte do processo de desenvolvimento industrial das economias periféricas.

Para Veblen e Furtado, elementos institucionais/culturais afetam a forma de consumo nas sociedades. Enquanto Furtado coloca a concentração da renda de alguns estratos sociais como responsável pela esterilização de parcela significativa da renda nacional, Veblen destaca o peso da classe ociosa no desperdício de parcela relevante do excedente. Este último autor (VEBLEN, 1989) ainda procura na natureza do indivíduo os impulsos que balizam seu comportamento, inclusive o de consumidor conspícuo. Sua abordagem evolucionária analisa a era industrial, destacando a supremacia do instinto construtivo, mesmo que o predatório permaneça inerente aos seres humanos. À medida que avança a produtividade industrial, as façanhas predatórias passam a ser copiadas, abrindo espaço tanto para o ócio como para o consumo conspícuos. A instituição da classe ociosa representa uma manifestação do instinto predatório e da aversão ao trabalho produtivo, fatores que prejudicam o progresso das artes industriais.

Na sociedade industrial de Veblen (1983) a institucionalização da classe ociosa faz o trabalho produtivo ser visto como desonroso, enquanto o consumo conspícuo e a possibilidade do ser humano sobreviver sem a necessidade de vinculação direta com o trabalho são enaltecidos. O instinto para emulação faria seu papel ao tornar esse modo de vida desejado por uma parcela significativa da população. Afirma Veblen (1983, p. 51-52, tradução nossa): “Com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a emulação é provavelmente o mais forte, o mais alerta e o mais persistente dos motivos econômicos.”

As instituições, definidas por Veblen como hábitos, criam e reforçam determinadas formas de comportamento. O processo de emulação pecuniária de Veblen aparece em Furtado (1989) prejudicando a acumulação de capital e os ganhos de produtividade. Apresenta-se como uma forma característica do processo de desenvolvimento periférico que garante aos principais destinatários da renda nacional manterem elevados padrões de consumo frente às precárias condições de desenvolvimento da nação. Inevitavelmente os efeitos sobre a estrutura produtiva são evidentes, tanto

pelas condições de demanda e renda concentrada como pelas condições que assume o progresso técnico.

Desde os primórdios do processo de substituição de importações a estrutura institucional estabelecida para incentivar a industrialização das economias retardatárias resultou de um processo de modernização cultural, o que, ironicamente, iria acabar prejudicando a aplicação do excedente e a endogenia do progresso tecnológico. Reproduzem-se, assim, as condições de (sub)desenvolvimento e de dependência cultural em sociedades onde a mudança institucional está refém dos hábitos predominantes e que satisfazem determinadas propensões humanas (principalmente os instintos predatórios).

4. Considerações finais

A proposta do texto foi retomar a discussão sobre a proximidade teórica entre as abordagens estruturalistas e da EIO. Observou-se uma relevante tentativa de aproximação teórica, em especial nos anos 1980, com a publicação de textos que procuraram relacionar os problemas de desenvolvimento estudados pelo estruturalismo à Economia Institucionalista Original. Na sequência, debateu-se uma possibilidade de convergência entre a concepção de instituições e desenvolvimento nas abordagens de T. Veblen e C. Furtado. Os conceitos trabalhados em Veblen permitem compreender a dinâmica das economias periféricas, cujo desenvolvimento e problemas estruturais são resultado de um processo evolucionário de consolidação das instituições. De forma semelhante, para Celso Furtado os problemas de desenvolvimento das nações periféricas resultam da expansão capitalista e de suas instituições. Contudo, o principal elo de ligação entre o institucionalismo de Veblen e a teoria do desenvolvimento de Furtado diz respeito à forma como as instituições, em sua ampla definição, determinam a aplicação do excedente e o progresso das artes industriais.

Para Furtado, o excedente das economias periféricas acaba esterilizado na satisfação das necessidades de consumo de algumas classes (efeito-demonstração). Nas diversas obras de T. Veblen, o consumo conspícuo aparece como uma forma de enaltecimento da classe ociosa, que demonstra seu status social pelos bens que são consumidos e por sua aversão ao trabalho produtivo. A reprodução deste problema é um fenômeno institucional, que evolui culturalmente, limitando o progresso técnico e a criatividade humana.

Aos *police makers* caberia a construção de novas instituições? Estruturalistas e institucionalistas reconhecem que instituições não podem ser reformuladas à vontade dos governantes, principalmente quando o espelho são as nações avançadas. No entanto, apontam o caminho para políticas que tratem dos diversos problemas decorrentes da forma de desenvolvimento de cada nação, considerando suas especificidades históricas. Mudar a cultura, os hábitos e determinados comportamentos demanda uma compreensão do caráter histórico de consolidação das instituições, o que requer ações efetivas e de longo prazo por parte dos Estados nacionais e não o abandono das políticas de desenvolvimento.

Referências

- CYPHER (2014), J. M. The Origins of Developmentalist Theory, *International Journal of Political Economy*, 43:4, 15-32, DOI: 10.1080/08911916.2014.1002700.
- CYPHER, J. M. On the Income Gap Between Nations: Was Veblen the First Development Economist? *Journal of Economic Issues*, 43:2, 361-370, 2009.
- GAMBUS, I; ALMEIDA, F. (2018) Three Decades After James Street's "The Institutional Theory of Economic Development": What Does Institutional Approach to Economic Development Mean Today? *Journal of Economic Issues*, vol. 52, n. 2, p. 455-463
- FINDLAY, R. Relative Backwardness, Direct Foreign Investment, and the Transfer of Technology: A Simple Dynamic Model. *The Quarterly Journal of Economics*, volume 92, Issue 1, February 1978, p. 1-16.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. *Development and Underdevelopment*. Berkeley: University of California Press, 2021, p. 77-114.
- FURTADO, C. 1961. *Development and Underdevelopment: A Structuralist View of the Problems of Developed & Underdeveloped Countries*. Berkeley: University of California Press. Translation by R. Aguiar and E. Drysdale of chapters 1-5 of C. Furtado, 1961a.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.
- FURTADO, C. (2002). *Metamorfozes do capitalismo*. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtadoI.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2014.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. Entre o inconformismo e reformismo, *Revista de Economia Política*. vol. 9, n. 4, outubro-dezembro de 1989.
- FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica, *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 1, janeiro-março, 1981.
- FURTADO, C. [1959]. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1998.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the "old" and the "new", *Metroeconomica*, Oxford [s. l.], v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.
- HODGSON. *Instinct and Habit before Reason: Comparing the Views of John Dewey, Friedrich Hayek and Thorstein Veblen*. *Advances in Austrian Economics*, 206 (9), 2005 p. 109-143
- HODGSON, G. M. Choice, Habit and Evolution, *Journal of Evolutionary Economics*, 20(1), January 2010, p. 1-18
- HODGSON, G.M. Institutions and individuals: interaction and evolution, *Organization Studies*, Thousand Oaks (USA), v. 28, n. 1, p. 95-116, 2007.
- HODGSON, G. M. An Evolutionary Theory of Long-Term Economic Growth, *International Studies Quarterly*, v. 40, n. 3, *Special Issue: Evolutionary Paradigms in the Social Sciences*, sep., 1996, p. 391-410.
- MACARIO, S. P. El institucionalismo como crítica de la teoría económica clásica, *El Trimestre Económico*, Fondo de Cultura Económica, México, 1952a, p. 73-112

- MACARIO, S. P. Teoría positiva del institucionalismo (primera parte). *El Trimestre Económico*, 19(2). Fondo de Cultura Económica, México, 1952b, p. 250-300
- MACARIO, S. P. (1952c). Teoría positiva del institucionalismo (segunda parte). *El Trimestre Económico*, 19(3), Fondo de Cultura Económica, México, 1952c, p. 481-509
- MACARIO, S. Proteccionism and Industrialization in Latin America, *Economic Bulletin for Latin America*, 9(1), p. 61-101. Santiago/Chile, 1964.
- MALLORQUÍN, C. *Breve historia del espíritu del desarrollo latinoamericano*. México: Colófon, 2019.
- MCCORMICK, K. Veblen and the New Growth Theory: Community as the Source of Capital's Productivity, *Review of Social Economy*, 60(2), Oxfordshire, p. 263-277, 2002.
- O'HARA, P. A. The Contemporary Relevance of Thorstein Veblen's Institutional-Evolutionary Political Economy, *History of Economics Review*, 35:1, London, 2002. p. 78-103
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record/Cofecon/Cepal, 2000.
- SAMPAIO JR., P. de A. Celso Furtado: Um economista a serviço da nação. In: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 4-10.
- STREET, J. The Latin American 'Structuralists' and the Institutionalists: Convergence in Development Theory, *Journal of Economic Issues* 1, (1967), p. 44-62.
- STREET, J. The Technological Frontier in Latin America: Creativity and Productivity, *Journal of Economic Issues* 10, 3 (1976), p. 538-558.
- STREET, J. Institutional Reform and Manpower Development in Mexico, *Journal of Economic Issues*, 17, 1 (1983), p. 17-33.
- STREET, J. Development Planning and the International Debt Crisis in Latin America, *Journal of Economic Issues*, 19, 2 (1985), p. 397-408.
- STREET, J. The Institutional Theory of Economic Development, *Journal of Economic Issues*, 21, 4 (1987), p. 1861-1887.
- STREET, J. Development Planning and the International Debt Crisis in Latin America Crise da dívida da América Latina, *Journal of Economic Issues*, vol. 19, n. 2 (Jun. 1985), p. 397-408, 1985.
- STREET, J.H. & JAMES, D.D (1982) Institutionalism, Structuralism, and Dependency in Latin America, *Journal of Economic Issues*, vol. 16, n. 3, p. 673-689
- SUNKEL, O. (1989) Structuralism, Dependency and Institutionalism: An Exploration of Common Ground and Disparities, *Journal of Economic Issues*, vol. 23, n. 2, p. 519-533.
- SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Cepal, 2000. v. 2
- VEBLEN, T. (1908a) Professor Clark's economics, *Quarterly Journal of Economics*, 22, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B.W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. (1908b) On the nature of capital, part I: the productivity of capital goods, *Quarterly Journal of Economics*, 22, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B. W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. (1908c) On the nature of capital, part II: investment, intangible assets, and the pecuniary magnate, *Quarterly Journal of Economics*, 23, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B.W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. Kitchener: Batoche Books, (1915a[2003])

VEBLEN, T. The Opportunity of Japan. In: *Essays in Our Changing Order*, edited by Leon Ardzrooni, p. 248-266. New York: Viking 1915b.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *Quarterly Journal of Economics*, 12(4). 1898, p. 373-397.

VILAÇA JR. A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração, *Nova Economia* (UFMG), v. 31, p. 929-954, 2021.